

Benjamin Constant: Biografia e Explicação Histórica

Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Introdução

Oficial do Exército brasileiro, professor de matemáticas em diversas escolas civis e militares, divulgador da filosofia positivista, organizador do movimento militar que depôs a Monarquia, membro do Governo Provisório republicano – como segundo vice-presidente e titular das pastas da Guerra e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos –, entronizado postumamente como o “Fundador da República” ... Para compor este currículo, Benjamin Constant (1837-1891) seguiu um roteiro de vida que interagiu de maneira incessante com as principais linhas de força da longa conjuntura em que se operou a transição da Monarquia para a República no Brasil. Esse roteiro, tomado nos planos individual e social e com ênfase na trajetória que conduziu Benjamin Constant a desempenhar papéis públicos que lhe abriram as portas do universo historiográfico, foi tema da minha tese de doutorado (Lemos, 1997). Ele sugere algumas reflexões que apresento a seguir com a intenção de contribuir para o debate sobre o lugar da intervenção individual na explicação histórica.

Examinada de um ponto de vista que integra, como fatores explicativos da sua expressão social, particularidades biográficas e questões conjunturais, a vida de Benjamin Constant indica como o individual e o coletivo configuram a ampla zona de interseção em que a biografia ganha sentido histórico. A significação geral da sua vida individual¹ deriva do caminho que percorreu na sua formação pessoal, especialmente no que diz respeito a opções feitas diante de encruzilhadas intelectuais e políticas.

Nesse percurso, algumas de suas intervenções sociais contribuíram para alterar o rumo do processo histórico brasileiro. Há em sua vida, entretanto, significados particulares emblemáticos da maneira como tendências gerais são sintetizadas pelo indivíduo, tornando-o em si mesmo um rico objeto de estudo. Essa valorização da singularidade não traduz necessariamente uma abordagem que explique o geral a partir do detalhe, ou que vista “a camisola de dormir na história” ou que pretenda provocar no leitor prazeres de *voyeur* (Levillain, 1996:153). A singularidade do indivíduo pode ser tomada como um território em que determinadas questões históricas precisam se situar para ganhar significado, ainda que jamais desconectadas do social, mesmo porque – vale o truísmo – não existe sujeito fora das relações sociais.

Formação intelectual e opções filosóficas

Benjamin Constant Botelho de Magalhães nasceu quando a vida política brasileira iniciava uma nova fase, com a institucionalização dos partidos Liberal e Conservador no âmbito de um sistema parlamentar que balizou por meio século o jogo de poder nacional, sob a égide do Poder Moderador. Aliás, o processo político do país está inscrito na sua própria origem biológica: foi após a Independência que Leopoldo Henrique, seu pai, português de nascimento e oficial subalterno da Marinha colonial, optou por viver no Brasil, vindo a casar-se com uma moça gaúcha, Bernardina Joaquina. As tentativas do pai de ganhar a vida, em diversas cidades do interior fluminense, como militar, mestre-escola e até padeiro, enfrentando dificuldades de todos os tipos, em especial as decorrentes da pobreza, marcaram a personalidade de Benjamin Constant, que acabou por reproduzir em grande parte o roteiro paterno.

A morte do marido em 1849 perturbou Bernardina Joaquina de tal maneira que ela jamais recuperou o equilíbrio emocional. Feito, tão inesperadamente, responsável pela mãe e por três irmãos menores, Benjamin Constant também sofreu poderoso abalo psíquico, chegando a tentar o suicídio. Reduzida à pobreza, a família Botelho de Magalhães se transferiu para o Rio de Janeiro no ano seguinte.

Na capital do Império, a vida de Benjamin Constant começou a se cruzar com os principais movimentos do processo histórico nacional. Consumava-se, então, o processo de supressão do tráfico internacional de escravos, iniciado em 1831. Segundo Caio Prado Jr. (1970:153-154), isso teve, pelos capitais que liberou, profundas repercussões na formação social brasileira, especialmente no domínio das atividades econômicas, mas também em termos de urbanização, difusão cultural etc. A década que se abriu em 1850 trouxe também ao Brasil um vigoroso movimento de renovação cultural. Um cientificismo generalizado, o liberalismo revigorado e o positivismo (essencialmente anti-escravista e republicano), foram correntes do pensamento europeu que introduziram novos elementos no quadro intelectual das principais cidades do país (Costa, 1956:129-131).

Benjamin Constant ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro em 1852, quando a filosofia positivista começava a ser conhecida na instituição, onde, entre 1850 e 1854, foram defendidas várias teses inspiradas na doutrina de Auguste Comte. Atraído pelo estudo da matemática, logo se envolveu no ambiente cientificista que dominava a escola. Estava em pleno desenvolvimento um fenômeno que teve importantes desdobramentos no processo político do país e que envolveria Benjamin Constant: a transformação da Escola Militar, no rastro do culto à ciência, num centro de

estudos de matemáticas, filosofia e letras, em detrimento do seu caráter militar (Carvalho, 1977:195). Formou-se, em conseqüência, uma geração de oficiais que divergiria do conceito que as elites dirigentes tinham da instituição militar.

Ainda aluno da Escola Militar, travou em 1857 seus primeiros contatos intelectualmente maduros com o positivismo. Incorporando-o como elemento organizador da sua vida subjetiva, definiu suas posições em face da guerra, da vida militar em geral, da atividade política e do sistema educacional. Aliás, os entrelaçamentos culturais entre o positivismo e a história brasileira estão na base, também, de questões situadas num plano mais abstrato. Alfredo Bosi (1992:277) chama a atenção para o poderoso efeito de “modelagem mental” conseguido pelo positivismo na cultura brasileira. Os positivistas, lembra Guerreiro Ramos (1957:56), foram os primeiros a elaborar uma teoria social do Brasil.

Iniciando-se no estudo das matemáticas e, em seguida, lecionando a matéria, Benjamin Constant deixou-se tomar pela onda cientificista que disseminava, nos centros culturais do país, o spencerianismo, o darwinismo, o positivismo e outras correntes de pensamento oriundas da Europa. Nesse contexto intelectual, começou suas atividades na área científica. Membro, a partir de 1862, do corpo docente do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro, não se limitou a ensinar matemáticas. Foi interlocutor de outros professores, tendo, inclusive, redigido pareceres sobre trabalhos de colegas. Também muito importante foi a sua ligação com o Instituto Politécnico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro naquele mesmo ano. Frequentado por engenheiros e técnicos, como André Rebouças, o Instituto Politécnico foi o fórum onde Benjamin Constant apresentou, em dezembro de 1867, o seu opúsculo *Teoria das*

quantidades negativas. Trabalhou, também, no Imperial Observatório Astronômico. Este ambiente foi decisivo para a sua formação intelectual, inclusive para a ulterior atuação docente na Escola Politécnica e na Escola Militar, instituições do Rio de Janeiro que se destacariam no quadro intelectual e político dos 20 anos finais do Império.

Sua linha de atuação em todos esses espaços foi definida pela adesão ao positivismo. A postulação de uma ordem social racional, inspirada numa moral superior e no saber científico, exerceu grande atração sobre ele, inclusive na educação dos cegos, a quem, como professor e, depois, diretor do Instituto, sempre ofereceu um plano didático baseado na orientação de Comte.

Na década de 1870, Benjamin Constant teve papel preeminente na divulgação do positivismo no Rio de Janeiro e, por extensão, no país. Em concurso público para uma cadeira de matemática na Escola Militar, fez questão de anunciar que, caso vencesse – o que ocorreu –, organizaria o curso segundo as concepções científicas positivistas. Em 1876, foi um dos fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, de cujo núcleo inicial fizeram parte Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, seus ex-alunos, que logo se tornaram os dirigentes do movimento e guardiães da ortodoxia. Mendes foi também o seu primeiro biógrafo.

Desfrutando já da imagem de prestigioso professor e cientista, poderia ter favorecido muito a organização dos positivistas no país se não entrasse em choque com Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Divergências quanto a contribuições financeiras para a Igreja Positivista e restrições à sua condição de funcionário público foram os motivos imediatos dos conflitos e são as causas apontadas pela historiografia para o seu desligamento da organização. Nesse episódio há, contudo, um substrato

eminentemente pessoal que alterou o rumo do movimento positivista no país. Benjamin Constant apreendera o positivismo de uma maneira muito própria e ficou aberto a influências do liberalismo democrático. Absolutamente identificado com a doutrina na parte metodológica, divergia dela em tudo que se aproximasse do sectarismo e da intolerância política. Identificou fortes traços de autoritarismo nas relações que Miguel Lemos e Teixeira Mendes estabeleciam, sem distinção, com simpatizantes e adversários do positivismo e afastou-se definitivamente da organização dirigida por eles. Esta opção foi, como se verá mais adiante, importante elemento definidor da conjuntura política nacional no primeiro ano da República.

A Campanha do Paraguai

Outro momento em que a vida de Benjamin Constant cruzou com linhas de força significativas do processo histórico foi a sua passagem pela Guerra do Paraguai (1865-1870). Este foi, certamente, o mais trágico conflito vivido pelo povo brasileiro em suas relações internacionais. É importante pensar a idéia de “povo” para que não se subestime o efeito dessa experiência sobre a formação emocional, política e ideológica de uma parcela certamente expressiva dos habitantes – dos indivíduos, portanto – do território brasileiro, assunto que ainda aguarda uma investigação profunda. Embora desigualmente, a guerra, que Joaquim Nabuco (1975:439) considerou o marco divisório entre o apogeu e a decadência do Império, envolveu tragicamente os povos argentino, brasileiro, paraguaio e uruguaio.

A participação de Benjamin Constant na campanha durou apenas um ano – por razões de saúde –, mas foi decisiva para a sua formação emocional, intelectual e

política. Como militar, teve papel relativamente modesto: atuou como fiscal e administrador de depósitos de materiais e suprimentos e, como engenheiro, na construção de fortificações nas linhas avançadas. Porém, no plano essencialmente individual, a experiência teve importantes conseqüências que se transformaram em elementos do processo histórico coletivo. Sua vida se enriqueceu com vivências de natureza tal que, combinadas, criaram um campo favorável a decisões e ações que tiveram, nos anos seguintes, efeitos multiplicadores sobre a sociedade brasileira.

No plano emocional, a ida para a guerra criou uma situação complicada. Quando partiu para o teatro de operações, deixou a mãe internada no Hospício Pedro II, em estado de saúde muito precário. No Paraguai, a preocupação com ela se juntou à angústia causada pelo afastamento da esposa, Maria Joaquina, com quem se casara três anos antes, tinha uma filha e outra por nascer. A imagem da mãe, definitivamente perturbada em seu psiquismo; o distanciamento da família, acrescida da segunda filha, nascida durante a campanha; a ruína da sua saúde, por força da malária contraída nos pântanos paraguaios; os horrores da guerra, onde os atos desumanos do Exército brasileiro não se dirigiam apenas ao inimigo, mas também aos seus próprios doentes e feridos - todos esses fatos deixaram impressão profunda na imagem que Benjamin Constant construiu das circunstâncias em que vivia. Data daí a consolidação de um ceticismo sempre presente nas suas relações com os mais variados aspectos da vida.

No plano da política, os desacordos com a prática administrativa e a condução da guerra contribuíram para que elaborasse uma visão gravemente crítica das elites políticas brasileiras, do governo imperial e seus chefes militares, em especial o então marquês de Caxias. No plano ideológico, a combinação desses elementos aprofundou

sua identificação com a visão de mundo positivista, particularmente no que diz respeito às questões da guerra e do governo.

Nos anos seguintes ao conflito, Benjamin Constant tratou os assuntos militares sempre do ângulo pacifista. Isso o alinhou – apenas parcialmente – com “os bacharéis, adeptos do pacifismo positivista” que “desprezavam as façanhas bélicas e consideravam a Guerra do Paraguai um desastre” (Carvalho, 1977:197). É verdade que, no próprio campo de batalha, ele manifestou em relatórios e ofícios a superiores, bem como em sua correspondência pessoal, divergências indignadas quanto ao rumo dado aos assuntos militares. Entretanto, nunca questionou a validade moral ou política da guerra. Ao contrário, em diversas ocasiões cobrou dos generais brasileiros mais energia na condução das operações. Nisto, identificou-se com o clima patriótico anti-Solano Lopez que tomara o país e, em várias ocasiões posteriores, inclusive durante confrontos com o governo imperial, demonstrou que valorizava a participação do Exército na guerra como fator de engrandecimento da nação.

Além disso, Benjamin Constant não pertenceu ao grupo de oficiais brasileiros que se teria deixado influenciar pelo republicanismo a partir do contato com paraguaios, argentinos e uruguaios, conforme querem Nabuco (1975:440) e outros analistas do período. Não pode ser enquadrado, igualmente, por suas denúncias da corrupção e ineficiência dos dirigentes da guerra, entre aqueles a quem a crítica moralizadora da vida pública conduziu a um republicanismo freqüentemente desacompanhado de preocupações democratizantes (Costa, 1956:144), como nas formulações positivistas ortodoxas. Benjamin Constant não voltou republicano da guerra, e as poucas

referências às repúblicas platinas em sua correspondência de campanha são todas pejorativas.

Definitivamente, o “Fundador da República” não foi fundado pela guerra! Quem, com certeza, nasceu com a guerra foi o “cidadão-soldado” – tema analisado mais adiante. É o que, lendo as cartas que escreveu no Paraguai, pode-se inferir da defesa que fez de alguns princípios totalmente atentatórios à concepção de disciplina militar então vigente: hierarquia baseada no mérito, independência intelectual e direito à informação e à crítica.

Os conflitos com o governo e a liderança da jovem oficialidade

Consolidada a sua visão de mundo durante a Campanha do Paraguai, no pós-guerra as posições pessoais de Benjamin Constant começaram a repercutir em importantes segmentos da juventude militar. Sua atuação docente contribuiu decisivamente para transformar a natureza da própria Escola Militar, que deixou de produzir fazedores de guerras para gerar “bacharéis fardados” (Carvalho, 1977:196).

Pessoalmente, porém, não foi uma quadra rica em mudanças. Sempre às voltas com dificuldades materiais e precisando ajustar contas com a experiência da orfandade, boa parte de sua energia era consumida em tentativas de fazer frente às despesas familiares e garantir o futuro dos seus dependentes. Em geral, trabalhava em três lugares e participava ativamente de entidades de previdência. Aparentemente não lhe sobrava tempo para as novidades políticas. Não há indicação de que se tenha sensibilizado com o lançamento do Manifesto Republicano e do Partido Republicano em 1870. Versões que de sua condição de positivista notório deduzem a de republicano

desde essa época não encontram respaldo nas evidências ou nos depoimentos de ex-alunos que comentam sua postura política como professor. A maioria afirma que suas aulas – organizadas, é verdade, segundo a classificação das ciências de Comte – não tratavam de assuntos que não os estritamente curriculares e que Benjamin Constant os fascinava basicamente por seus dotes intelectuais e morais (Araripe, 1960:142). Apenas para uns poucos, como Cândido Rondon, as aulas teriam sido fator de adesão de alunos ao republicanismo (Viveiros, 1958:46 e 50).

O mais adequado seria vê-lo nesse momento como um candidato a reformador do sistema vigente. Foi esse o sentido de algumas de suas intervenções sociais: à frente do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, onde tentou criar condições para a integração dos deficientes visuais à vida produtiva; ao elaborar planos de loterias para a arrecadação de fundos para a emancipação de escravos e ao criar uma associação de previdência para os impedidos de trabalhar por invalidez.

O que é certo, também, é que nessa década Benjamin Constant intensificou os estudos do positivismo, construiu uma imagem de prestigiado matemático e professor e sofreu fortes decepções pessoais com o governo imperial ao ser preterido irregularmente em vários concursos para o magistério oficial. Algumas reivindicações relativas à carreira de professor, cuja satisfação representaria sensível melhora em sua renda e segurança material, foram bloqueadas pelo governo. Carente de dinheiro, tentou obtê-lo no ramo da construção civil e no mercado financeiro, sem êxito.

Na primeira metade da década de 1880, marcada por grande ebulição entre os militares, por conta da intensificação do movimento abolicionista e de problemas disciplinares, acabou se envolvendo nos conflitos - conhecidos como Questão Militar -

que opuseram as Forças Armadas, principalmente o Exército, ao governo imperial. No curso dos acontecimentos, participou da fundação do Clube Militar, do qual se tornou vice-presidente. Presidiu importantes reuniões corporativas e teve atuação decisiva em episódios que marcaram as relações disciplinares no interior do Exército, como a recusa a participar da perseguição a escravos fugidos, o que facilitou decisivamente a vitória do movimento abolicionista. Na presença do ministro da Guerra de um governo que se portava com muito pouca flexibilidade em relação aos militares, Benjamin Constant proferiu contundente discurso em defesa do Exército, que estaria sendo perseguido e injustiçado. Do choque entre as duas figuras públicas, o jornal *Cidade do Rio*, de 26 de outubro de 1889, antecipou conclusões pessimistas para a estabilidade das instituições: “Duro com duro não faz bom muro”.

Benjamin Constant se tornou, então, fator de arregimentação de importantes segmentos militares, especialmente da jovem oficialidade que, tendo passado pelas suas classes, acabava, por contingências da rotina profissional, se espalhando por quartéis em vários pontos do país. Alguns dos mais destacados desses alunos e ex-alunos já eram ostensivamente republicanos quando ele se tornou seu líder nos conflitos finais com a Monarquia. É certo que foi fundamental a influência de alguns desses alunos na sua passagem de líder corporativo a carrasco da Monarquia. Hoje um herói pouco cultuado como “Fundador da República”, foi contudo nessa condição que a historiografia e a mitologia republicana o incorporaram. Entretanto, o retrospecto de sua vida até a crise final da Monarquia – cidadão pacato, voltado para a família e o trabalho, infenso às atividades políticas – não aponta qualquer circunstância que pudesse habilitá-lo ao papel de herói republicano.

Seu estilo de liderança política foi viabilizado pela maneira como se processou a transição da Monarquia para a República no Brasil. A primazia do processo de desagregação interna do regime como elemento dinâmico da conjuntura conduziu o jogo político de maneira a restringir a participação do Partido Republicano. Por outro lado, ensejou uma destacada atuação de líderes militares no movimento que derrubou o regime, fato inédito na história política brasileira, que até então desconhecia o golpe militar.

Há uma relação de mão dupla entre os dois fatores. A atuação do Partido Republicano se explica, segundo Saes (1984:28), pelas “mudanças políticas exigidas pela recomposição interna da classe dominante agrária”, em decorrência das condições em que a cafeicultura brasileira se consolidou a partir da década de 1850, liderada por empresários de certas áreas de São Paulo empenhados em produzir com mão-de-obra livre e métodos mais modernos do que aqueles usados na zona escravista. Esse grupo teve uma atuação política voltada para objetivos igualmente diferentes daqueles perseguidos pela área cafeeira tradicional. Decidido a controlar o Estado para implementar políticas de seu interesse (imigração, financiamento, comercialização etc.), organizou-se para conquistar a hegemonia no interior da classe dominante agrária, defendendo um projeto de descentralização política. Em consequência, a propaganda republicana desenvolvida por esses elementos deu prioridade ao federalismo, em detrimento de outras questões políticas importantes, como a base democrática do Estado. Saes (1984:28-29) sustenta que o eixo federalista “tornava possível, ao menos em princípio, a solução pacífica da tensão entre a vanguarda cafeeira e a antiga classe dominante, senhorial e escravista”. A atuação política do

Partido Republicano confirma esta análise: restrita à propaganda e à ação parlamentar, seus dirigentes não hesitavam em aliar-se com os mais reacionários monarquistas, desde que estivessem na oposição e significassem uma possibilidade de eleger um representante republicano.

Já a presença do Exército no cenário político nacional constituiu um dado significativo a partir de 1870. Com o fim da Guerra do Paraguai, as Forças Armadas passaram a ocupar um espaço mais politizado no interior do Estado. Durante as décadas de 1870 e 1880, as relações entre os militares e os governos assumiram caráter progressivamente conflituoso, principalmente por divergências em torno da escravidão e da disciplina. Quando, oficial e professor, Benjamin Constant se converteu em elemento ativo nesses conflitos, seguiu uma linha de coerência com sua juventude. Ainda estudante na Escola Militar ele se havia desentendido com as práticas disciplinares das autoridades. Certa ocasião em que os alunos foram acusados de roubo e postos em forma para ouvirem a ordem-do-dia em que o comandante formalizaria a acusação, ele, considerando-a um insulto, arrancou o documento das mãos do oficial e impediu a leitura. A atitude lhe valeu um período de prisão na Fortaleza de Santa Cruz, onde recebeu, num gesto que se repetiu trinta anos depois, a solidariedade de colegas e mestres.

A questão da disciplina permeou toda a sua relação com a estrutura do Exército. Juntamente com problemas relativos ao mérito e à honestidade, canalizou suas energias para atitudes combativas em defesa dos direitos de manifestação e expressão dos oficiais, sintonizando-os com o comportamento de colegas que afrontavam as

autoridades militares. Naturalmente, eram atitudes entendidas, por quem as tomava, como manifestações de “dignidade militar” (Fialho:1983).

Foi neste contexto que Benjamin Constant emergiu como líder corporativo, saindo do seu retraimento em relação à vida política nacional. É verdade que sua posição apolítica deve ser matizada. Teixeira Mendes a considera um dado irrefutável, tomando-a, mesmo, como indicador da sua tardia opção pelo republicanismo. É, porém, contestado por Maria Joaquina Botelho de Magalhães, para quem as cartas mandadas por seu marido do Paraguai revelam um observador atento e crítico da vida política do país. Segundo ela, Benjamin Constant não participava ativamente da política por considerar os políticos incapazes de resolver os problemas do país (Mendes, 1892:329-330).

É arriscado fazer afirmações peremptórias sobre os móveis da sua politização. As fontes disponíveis não oferecem elementos para uma explicação cabal desse processo. As razões costumam ser, em tais casos, absolutamente subjetivas. Rémy Handourtzet (1986:90), discutindo trajetórias individuais na vida política, sustenta que “a percepção de um estado de espírito, a apreciação da intensidade de um sentimento podem fortalecer de uma maneira decisiva a interpretação de uma conversão”. Para esse autor, a decepção, a nostalgia, o medo e a fascinação são sentimentos que explicam casos por ele estudados de conversão ao colaboracionismo francês, ao comunismo e ao anticomunismo. Tudo faz supor que a aproximação de Benjamin Constant do ativismo político tenha resultado da frustração provocada por sucessivas experiências pessoais negativas – como cidadão e oficial – com as elites dominantes e a máquina governamental.

Além disso, importantes elementos da sua visão de mundo encontraram correspondência na doutrina do “soldado-cidadão”, desenvolvida durante a Questão Militar por jornalistas republicanos, principalmente Quintino Bocaiúva, no Rio de Janeiro, e Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. José Murilo de Carvalho (1977:210) explica que, de início, a divulgação da doutrina tinha “a expressa finalidade de incitar os militares a intervir na política e criar embaraços ao governo imperial”. Falava-se em cidadãos fardados, a quem não se podia negar o direito de participar na vida política do país. A idéia, acrescenta, “casava-se muito bem com o positivismo civilista dos jovens oficiais e alunos de Benjamin Constant”.

É importante observar, contudo, que a díade soldado-cidadão – fundamental para a compreensão do comportamento da mocidade militar, um dos elementos decisivos da derrubada da Monarquia – tinha para Benjamin Constant um significado particular, distinto da visão manipuladora elaborada pelos jornalistas republicanos, e que a historiografia não tem apontado. Como princípio, entendia pela ótica democrática o direito de participar da vida política do país, um entre outros do conjunto dos direitos de qualquer cidadão. Em termos específicos, porém, o soldado-cidadão deveria ser o produto de uma formação ideológica baseada na educação integral positivista, que o prepararia para o exercício da cidadania e para atuar como agente da transição rumo à sociedade positiva.

A defesa dessa concepção em documentos oficiais e nas salas de aula ensejou um intenso relacionamento de liderança com um grande número de estudantes militares de todos os níveis. O encontro de gerações, segundo José Murilo de Carvalho (1977:211), potencializou um “impulso reformista” que “vinha de escalões inferiores e,

por isto mesmo, implicava em enfraquecimento das linhas hierárquicas, o que é fatal para qualquer organização militar”. Portanto, a emergência de Benjamin Constant como líder resultou, em grande parte, da sua própria atuação como disseminador do positivismo na Escola Militar. Sob sua influência, a formação ideológica de uma expressiva parcela de alunos incorporou um ingrediente messiânico trazido pelo pensamento de Comte. Jovens oficiais atribuíram-se uma missão salvadora do país, perdido em seus vícios sociais e políticos (Costa, 1979:321-322).

Embora tenha estimulado indiretamente essa expectativa messiânica, Benjamin Constant não via o Exército como uma força salvadora. Ao contrário, apontava para o seu desaparecimento como instituição, pregando a deposição das armas no museu da história. Quanto a ele próprio, certamente não se atribuía papéis de primeiro plano na transformação política que estava por acontecer. Na verdade, sua transmutação em herói republicano seguiu um caminho muito peculiar. Para que se desencadeasse nele a politização, foi preciso que seu espírito, tendente à autocomiseração e marcado por uma auto-imagem de caipora, perseguido pelo azar, concentrasse energias nos sentimentos de brio e dignidade, que pautavam sua conduta pública e que o sintonizaram com o movimento de protesto de uma oficialidade ressentida com sucessivos governos. Esse processo pessoal foi, durante muito tempo, tratado inadequadamente pela historiografia, com reflexos nas explicações do advento da República. Embora o trabalho de Teixeira Mendes contenha elementos suficientes para a formação de um ponto de vista definido sobre o caráter da relação de Benjamin Constant com o republicanismo como um processo recente – talvez não mais que um

ano antes do 15 de Novembro - a versão predominante insiste em atribuir-lhe o papel de evangelizador da jovem oficialidade republicana, desde, para alguns, a década de 1870.

Só recentemente² a questão foi posta em seus devidos termos: Benjamin Constant era visto pela mocidade militar, em grande parte republicana e positivista, como um portador privilegiado de virtudes pessoais e intelectuais, mas não como uma influência política. Depois de se envolver na Questão Militar, foi assediado por alunos e jovens oficiais que nele perceberam atributos para liderar um movimento armado contra o regime. Elevado, pela religiosidade messiânica dos positivistas, à condição de “mestre” e “guia” no caminho da República, foi seduzido pelo lugar que lhe ofereciam aqueles em quem entrevia os futuros cidadãos-soldados (Lemos, 1977). No plano da elaboração simbólica, portanto, Benjamin Constant foi consagrado “Fundador da República” antes mesmo da proclamação do novo regime.

Agente de uma nova ordem

No poder, Benjamin Constant teve oportunidade, pelo inegável prestígio de que desfrutava e pelos cargos de ministro que exerceu, de imprimir a marca da sua individualidade à conjuntura. Além do mais, o grupo formado em torno da sua influência, integrado por jovens oficiais, ex-alunos seus, e civis positivistas, também atuou em importantes cargos federais no Executivo e no Legislativo, bem como na administração de estados. É dramático o fosso que se observa entre as tentativas que fez para exercer o poder de forma coerente com sua rigorosa formação pessoal e filosófica e os resultados alcançados. Envolvido pelas disputas entre as facções

antimonarquistas e entre interesses pessoais e enfraquecido por não dispor de um programa político, foi progressivamente alijado do poder.

A historiografia lhe reservou um lugar de porta-voz do positivismo no Governo Provisório, enfatizando suas relações com a mocidade militar, que teria sido sua base e referência política. Entretanto, no primeiro ministério republicano ele teve atuação mais independente do que se tem suposto. Informações dispersas indicam o papel mediador que exerceu em face dos conflitos entre os personalismos de seus colegas ministros. Quando as disputas entre os oficiais que o tinham como líder e a base militar de Deodoro da Fonseca ameaçaram a estabilidade política da República, conseguiu do chefe do Governo Provisório, pronto para adotar medidas autoritárias, o compromisso de que acataria a Constituição que estava por ser promulgada, quaisquer que fossem suas discordâncias com o texto.

Na retaguarda tinha, de fato, um núcleo de jovens oficiais positivistas da sua estrita confiança. Entretanto, questões centrais da organização do Estado republicano o afastavam, mais uma vez, do campo positivista. A principal delas dizia respeito, como no conflito com a Igreja Positivista, ao conteúdo democrático das relações políticas. Muitos integrantes da jovem oficialidade e civis positivistas ortodoxos viram em sua presença no poder uma oportunidade privilegiada para a organização da ditadura republicana postulada por Auguste Comte. Benjamin Constant, contudo, empenhou todas as energias políticas na concretização da agenda redemocratizadora – realização de eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e promulgação da Constituição da República –, obtendo, para isso, o apoio do francês Pierre Laffitte, então dirigente internacional do movimento positivista.

A deflagração do processo constituinte em 1890 representou a vitória da posição que defendera. Foi, porém, derrotado no plano pessoal. Perdeu o Ministério da Guerra para Floriano Peixoto, considerado mais capaz de erradicar das Forças Armadas a agitação política. Como prêmio de consolação, o Governo Provisório criou para ele o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, afinado com sua vocação pedagógica mas tão descolado de qualquer preocupação oficial de longo prazo com a questão educacional que foi extinto pouco mais de um ano após morte do seu primeiro titular.

A participação de Benjamin Constant no poder foi um improviso da história, eficiente para a derrubada de um regime em crise estrutural, mas não para a construção de uma nova ordem. Se os republicanos paulistas tinham um programa político claro – o federalismo –, Benjamin Constant, não. Guiada por valores democráticos gerais e algumas diretrizes positivistas, sua passagem pelo poder foi uma trajetória rumo à decepção pessoal, à depressão emocional e ao agravamento irreversível das suas condições de saúde. Morto em 22 de janeiro de 1891, dois dias depois de renunciar ao cargo no governo e um mês antes da promulgação da primeira Constituição republicana, com ele extinguiu-se um tipo de intervenção política que não se repetiu na história brasileira.

As datas que balizam a passagem de Benjamin Constant pelo poder falam da conjuntura por si próprias: 15 de novembro de 1889 e 20 de janeiro de 1891, véspera da renúncia coletiva do primeiro ministério republicano, episódio que deu início a uma série de crises políticas que resultariam, em novembro desse mesmo ano, na malograda tentativa de golpe de Deodoro da Fonseca e conseqüente ascensão de

Floriano Peixoto à Presidência. Daí em diante, a República encontrou um padrão com conteúdo de classe definido: com Prudente de Moraes, estabeleceu-se a hegemonia dos fazendeiros de São Paulo.

Conclusão

Entre os principais artífices do regime republicano, Benjamin Constant foi o primeiro a morrer. Seriadamente desgastado pela realidade do poder político, sua morte ocorreu em plena disputa pela hegemonia entre as forças formadoras da frente antimonarquista. Neste quadro, a imagem pessoal muito particular por ele construída, orientada por rigoroso modelo de virtude – ética, principalmente –, forneceu preciosos elementos ao processo de elaboração simbólica da explicação da República.³

Mitificado, como herói ou vilão, por republicanos e monarquistas, reafirmou, depois de morto, suas peculiaridades como ator político e sua presença *post-mortem* é um fio condutor para a análise de importantes aspectos da historiografia das primeiras décadas republicanas. A apropriação de que sua imagem foi objeto constituiu uma rica manifestação da visão de mundo dos republicanos, uma tomada de posição em favor de valores com ele identificados. Isso ganhou forma na torrente de manifestações que se seguiram à sua morte, como batismo de crianças, unidades militares e clubes republicanos com seu nome e, em 1893, a formação do “Batalhão Patriótico Benjamin Constant”, que combateu a Revolta da Armada em Niterói.

No interior da galeria republicana de heróis, na mitologia positivista e na historiografia do período 1890/1900 – em seus matizes republicano, monarquista, civil e militar –, seu nome foi o pivô de controvérsias que traduziram, de uma maneira geral, a

combinação de explicações do advento da República com a disputa pela primazia na definição da natureza política do regime. Essa batalha só arrefeceu por volta de 1900. Nesse ano, curiosamente, Domingos Andrade Figueira, monarquista renitente com quem Benjamin Constant, uma década antes, tivera atritos na administração do Montepio Geral, tentou uma derradeira cartada simbólica: pelas páginas dos jornais, afirmou que Benjamin Constant perdera a lucidez tempos antes de morrer. Apontava para um antigo desafeto, mas mirava a República. Em vão. O ano de 1900 simboliza a estabilização da República, traduzida na adoção da “Política dos Governadores”, com a qual o regime, que já era, por definição constitucional, liberal e federativo, afirmou-se como oligárquico, orientado para o poder dos grupos hegemônicos nas unidades da federação e, dentre estas, para aquelas dotadas de recursos mais eficazes para o usufruto das franquias consagradas aos estados pela Carta de 1891.

A partir daí, e até a década de 1920, quando entrou em pauta o balanço da própria República, as explicações do regime não foram enriquecidas com novos argumentos. Os poucos monarquistas que não aderiram à República abdicaram definitivamente de qualquer veleidade restauradora.⁴ As suas explicações históricas para a mudança de regime reduziram-se, essencialmente, à repetição de acusações a militares e republicanos – “traidores”, “elitistas” etc. No campo destes, os liberais se satisfizeram em apontar o papel decisivo desempenhado pelo suposto enraizamento das idéias republicanas na cultura do povo brasileiro (Costa, 1979:259 e segs.), enquanto os positivistas, embora conferindo alguma importância aos fatores sociais, persistiram na glorificação de Benjamin Constant como único e exclusivo “Fundador da República”. Os militares republicanos, por fim, às voltas com verdadeira pletora de heróis aos quais

atribuíam o advento da República, precisaram administrar um culto tríplice a Benjamin Constant (o “Fundador”), Deodoro da Fonseca (o “Proclamador”) e Floriano Peixoto (o “Consolidador”).

Notas

¹ Cf. definição em Le Goff, 1989, p. 50.

² Com os trabalhos de Valeriano Mendes Ferreira da Costa (1990) e Celso Castro (1995).

³ Ver, a respeito, José Murilo de Carvalho, 1990.

⁴ Ver, a respeito, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, 1986.

Referências bibliográficas

ARARIPE, Tristão de Alencar. 1960. *Tasso Fragoso - um pouco de história do nosso Exército*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército.

BOSI, Alfredo. 1992. “A arqueologia do Estado-previdência”. In: *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras.

CARVALHO, José Murilo de. 1977. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. 2. São Paulo, DIFEL.

_____. 1990. *A formação das almas - o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

CASTRO, Celso. 1995. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

- COSTA, Emília Viotti da. 1979. “A Proclamação da República”. In: *Da Monarquia à República*. 2ª. ed. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas.
- COSTA, João Cruz. 1956. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- COSTA, Valeriano Mendes Ferreira da. 1990. *Ressentimento e revolta - formação cultural e radicalização política dos jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha: 1874-1889*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- FIALHO, Anfrísio. 1983. *História da fundação da República no Brasil*. 2ª. ed. Brasília, Ed. UNB [1ª. ed.: 1890].
- HANDOURTZEL, Rémy. 1985. “Sur les trajectoires individuelles dans la vie politique”. *Sources – Travaux historiques. Problèmes et méthodes de la biographie*. Paris, Sorbonne, nº 3-4.
- JANOTTI, Maria de Lurdes Mônaco. 1986. *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense.
- LE GOFF, Jacques. 1989. “La biographie historique”. *Le Débat*. Paris, nº 54.
- LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. 1997. *Benjamin Constant – vida e história*. Niterói, Universidade Federal Fluminense.
- LEVILLAIN, Philippe. 1996. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora da Fundação Getúlio Vargas.

MENDES, Raimundo Teixeira. 1892. *Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, vol. 1.

NABUCO, Joaquim. 1975. *Um Estadista do Império*. 4^a. ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

PRADO JR., Caio. 1970. *História econômica do Brasil*. 12^a. ed. São Paulo, Brasiliense.

RAMOS, Guerreiro. 1957. “Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados, de 1870 aos nossos dias”. In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, Andes.

SAES, Décio. 1984. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz.

VIVEIROS, Esther de. 1958. *Rondon conta a sua vida*. Rio de Janeiro, São José.

(Recebido para publicação em maio de 1997)